

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	728.890.475
Preferenciais	151.762.555
Total	880.653.030
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/08/2016	Dividendo		Ordinária		0,18218
Reunião do Conselho de Administração	31/08/2016	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,20040
Reunião do Conselho de Administração	31/08/2016	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe B	0,20040
Reunião do Conselho de Administração	31/08/2016	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,20040

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	8.949.770	11.163.454
1.01	Ativo Circulante	3.999.519	5.149.173
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.830.544	2.169.504
1.01.03	Contas a Receber	1.636.444	1.421.754
1.01.03.01	Clientes	1.636.444	1.421.754
1.01.04	Estoques	6.227	5.544
1.01.06	Tributos a Recuperar	73.313	124.120
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	73.313	124.120
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	452.991	1.428.251
1.01.08.03	Outros	452.991	1.428.251
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Setorial	231.145	787.149
1.01.08.03.02	Derivativos	270	304.165
1.01.08.03.20	Outros Créditos	221.576	336.937
1.02	Ativo Não Circulante	4.950.251	6.014.281
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.929.267	3.948.478
1.02.01.03	Contas a Receber	54.139	55.469
1.02.01.03.01	Clientes	54.139	55.469
1.02.01.06	Tributos Diferidos	235.987	75.598
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	235.987	75.598
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.639.141	3.817.411
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	182.439	936.086
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	96.003	83.702
1.02.01.09.05	Derivativos	342.822	847.091
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro da Concessão	2.000.502	1.674.332
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro Setorial	0	258.187
1.02.01.09.20	Outros Créditos	17.375	18.013
1.02.04	Intangível	2.020.984	2.065.803
1.02.04.01	Intangíveis	2.020.984	2.065.803
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.020.984	2.065.803

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	8.949.770	11.163.454
2.01	Passivo Circulante	2.499.819	3.983.080
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	54.099	32.912
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	54.099	32.912
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	54.099	32.912
2.01.02	Fornecedores	1.010.705	1.665.057
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.010.705	1.665.057
2.01.03	Obrigações Fiscais	322.993	310.028
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	90.118	101.905
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	28.802	0
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	8.866	15.566
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	40.838	75.476
2.01.03.01.04	Outros	11.612	10.863
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	232.875	208.123
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	550.299	525.906
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	318.005	449.068
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	271.077	162.909
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	46.928	286.159
2.01.04.02	Debêntures	232.294	76.838
2.01.04.02.01	Debêntures	197.666	0
2.01.04.02.02	Encargos de Debêntures	34.628	76.838
2.01.05	Outras Obrigações	561.723	1.449.177
2.01.05.02	Outros	561.723	1.449.177
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	163.210	664.968
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	7.824	648
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	143.385	419.439
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	247.304	364.122
2.02	Passivo Não Circulante	5.423.109	5.827.981
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.151.476	5.102.968
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.186.054	3.940.295
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	819.683	974.421
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.366.371	2.965.874
2.02.01.02	Debêntures	965.422	1.162.673
2.02.02	Outras Obrigações	1.061.279	503.339
2.02.02.02	Outros	1.061.279	503.339
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	722.222	453.171
2.02.02.02.04	Derivativos	43.904	13.541
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	27.058	36.627
2.02.02.02.08	Passivo Financeiro Setorial	268.095	0
2.02.04	Provisões	210.354	221.674
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	210.354	221.674
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	70.156	30.868
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	62.904	100.065
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	68.565	78.239
2.02.04.01.20	Outros	8.729	12.502

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03	Patrimônio Líquido	1.026.842	1.352.393
2.03.01	Capital Social Realizado	905.948	880.653
2.03.02	Reservas de Capital	196.667	221.962
2.03.04	Reservas de Lucros	448.323	498.021
2.03.04.01	Reserva Legal	22.175	22.175
2.03.04.02	Reserva Estatutária	316.490	245.742
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	120.446
2.03.04.10	Reserva de retenção de lucros para Investimento	109.658	109.658
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.160	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-525.256	-248.243

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.835.304	5.457.006	2.155.126	6.632.712
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.569.349	-4.564.708	-1.779.546	-5.644.154
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.255.263	-3.679.409	-1.519.877	-4.875.263
3.02.02	Custo de Operação	-170.051	-492.787	-140.058	-424.397
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-144.035	-392.512	-119.611	-344.494
3.03	Resultado Bruto	265.955	892.298	375.580	988.558
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-146.523	-455.859	-133.907	-474.198
3.04.01	Despesas com Vendas	-64.833	-206.197	-64.304	-198.550
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-79.510	-244.642	-69.547	-270.160
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.180	-5.020	-56	-5.488
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	119.432	436.439	241.673	514.360
3.06	Resultado Financeiro	-86.802	-61.482	-106.357	-165.717
3.06.01	Receitas Financeiras	131.169	468.747	121.794	360.837
3.06.02	Despesas Financeiras	-217.971	-530.229	-228.151	-526.554
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	32.630	374.957	135.316	348.643
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.352	-139.839	-51.334	-126.976
3.08.01	Corrente	-88.073	-296.053	-6.857	-66.040
3.08.02	Diferido	72.721	156.214	-44.477	-60.936
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.278	235.118	83.982	221.667
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	17.278	235.118	83.982	221.667
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01928	0,26245	0,28388	0,76312
3.99.01.02	PNA	0,02121	0,28870	0,31227	0,83943
3.99.01.03	PNB	0,02121	0,28870	0,31227	0,83943
3.99.01.04	PNC	0,02121	0,28870	0,31227	0,83943

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	17.278	235.118	83.982	221.667
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-277.013	89.405	89.405
4.02.01	Ganhos atuariais	0	-277.013	89.405	89.405
4.03	Resultado Abrangente do Período	17.278	-41.895	173.387	311.072

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.088.536	-342.554
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.045.276	914.244
6.01.01.01	Lucro Líquido antes da CSLL e IRPJ	374.957	348.643
6.01.01.02	Amortização	159.572	162.885
6.01.01.03	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	84.033	112.599
6.01.01.04	Encarg Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	320.241	198.477
6.01.01.05	Perda com Plano de Pensão	45.319	40.535
6.01.01.06	Perdas na Baixa de Ativo Não Circulante	5.141	5.575
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	-4.174	0
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	60.187	45.530
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	43.260	-1.256.798
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-274.047	-740.947
6.01.02.03	Tributos a Compensar	38.506	4.737
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	763.517	6.112
6.01.02.05	Contas a Receber Eletrobrás - Aporte CDE	39.058	-138.142
6.01.02.06	Ativo Financeiro Setorial	1.001.905	-703.555
6.01.02.07	Passivo Financeiro Setorial	122.728	0
6.01.02.10	Outros Ativos Operacionais	44.923	-6.871
6.01.02.11	Fornecedores	-654.352	-184.685
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuições Social Pagos	-268.650	-87.334
6.01.02.13	Outros Tributos e Contribuição e Sociais	-14.438	128.665
6.01.02.14	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-46.105	-72.520
6.01.02.15	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-265.552	-256.624
6.01.02.16	Taxas Regulamentares	-276.054	798.287
6.01.02.17	Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-110.836	-58.435
6.01.02.18	Adiantamento Eletrobrás – Aporte CDE	-27.846	28.307
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	-29.497	26.207
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-350.791	-284.416
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	-3.042	-4.663
6.02.03	Adições de Intangível	-347.749	-279.976
6.02.04	Venda de ativo não circulante	0	223
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.076.705	157.645
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	258.879	1.402.213
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures Líquido de Derivativos	-550.169	-819.568
6.03.03	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-785.415	-425.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-338.960	-469.325
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.169.504	1.115.198
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.830.544	645.873

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	880.653	221.962	498.021	0	-248.243	1.352.393
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	880.653	221.962	498.021	0	-248.243	1.352.393
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-120.446	-163.210	0	-283.656
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-163.210	0	-163.210
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendos e JCP	0	0	-120.446	0	0	-120.446
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	235.118	-277.013	-41.895
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	235.118	0	235.118
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-277.013	-277.013
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	25.295	-25.295	70.748	-70.748	0	0
5.06.05	Aumento de capital	25.295	-25.295	0	0	0	0
5.06.06	Movimentação da reserva estatutária no período	0	0	70.748	-70.748	0	0
5.07	Saldos Finais	905.948	196.667	448.323	1.160	-525.256	1.026.842

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	241.264	248.858	527.213	0	-289.122	728.213
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	241.264	248.858	527.213	0	-289.122	728.213
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.493	0	-256.573	-21.480	0	-265.560
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.480	0	-21.480
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendos e JCP	0	0	-256.573	0	0	-256.573
5.04.09	Capitalização AFAC - AGO/E 28/04/2014	12.493	0	0	0	0	12.493
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	221.667	89.405	311.072
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	221.667	0	221.667
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	89.405	89.405
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	26.896	-26.896	51.738	-51.738	0	0
5.06.05	Aumento de capital	26.896	-26.896	0	0	0	0
5.06.06	Movimentação da reserva estatutária no período	0	0	51.738	-51.738	0	0
5.07	Saldos Finais	280.653	221.962	322.378	148.449	-199.717	773.725

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	9.652.483	11.737.537
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.321.285	11.439.779
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	391.385	343.288
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-60.187	-45.530
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.916.418	-6.166.296
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.104.932	-5.409.285
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-811.486	-757.011
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.736.065	5.571.241
7.04	Retenções	-159.747	-163.013
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-159.747	-163.013
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.576.318	5.408.228
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	486.268	367.417
7.06.02	Receitas Financeiras	486.268	367.417
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.062.586	5.775.645
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.062.586	5.775.645
7.08.01	Pessoal	301.108	282.554
7.08.01.01	Remuneração Direta	160.849	149.617
7.08.01.02	Benefícios	126.141	120.124
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.118	12.813
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.991.842	4.748.105
7.08.02.01	Federais	2.237.092	3.014.715
7.08.02.02	Estaduais	1.751.035	1.730.180
7.08.02.03	Municipais	3.715	3.210
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	534.518	523.319
7.08.03.01	Juros	532.821	521.327
7.08.03.02	Aluguéis	1.697	1.992
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	235.118	221.667
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	21.480
7.08.04.02	Dividendos	163.210	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	71.908	200.187

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Informações (R\$ Mil)	3º Trimestre			9 meses		
	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação
Receita operacional bruta	3.111.428	4.086.626	-23,9%	9.712.671	11.783.067	-17,6%
Fornecimento de energia elétrica (*)	2.691.107	3.102.504	-13,3%	8.673.014	8.752.282	-0,9%
Suprimento de energia elétrica	60.020	48.991	22,5%	109.305	413.944	-73,6%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	143.507	119.156	20,4%	391.385	343.288	14,0%
Outras receitas operacionais	478.370	402.781	18,8%	1.294.326	1.082.068	19,6%
Ativo e passivo financeiro setorial	(261.576)	413.194	-163,3%	(755.359)	1.191.486	-163,4%
Deduções da receita operacional	(1.276.125)	(1.931.500)	-33,9%	(4.255.665)	(5.150.355)	-17,4%
Receita operacional líquida	1.835.304	2.155.126	-14,8%	5.457.006	6.632.712	-17,7%
Custo com energia elétrica	(1.255.263)	(1.519.877)	-17,4%	(3.679.409)	(4.875.263)	-24,5%
Energia comprada para revenda	(1.113.299)	(1.295.281)	-14,0%	(3.190.436)	(4.316.753)	-26,1%
Encargo de uso do sist transm distrib	(141.963)	(224.596)	-36,8%	(488.973)	(558.510)	-12,5%
Despesa operacional	(460.609)	(393.575)	17,0%	(1.341.159)	(1.243.089)	7,9%
Pessoal	(90.419)	(87.570)	3,3%	(275.369)	(267.099)	3,1%
Entidade de previdência privada	(19.195)	(13.513)	42,0%	(45.319)	(40.535)	11,8%
Material	(18.367)	(13.388)	37,2%	(49.670)	(37.111)	33,8%
Serviço de terceiros	(85.238)	(68.380)	24,7%	(240.562)	(191.220)	25,8%
Amortização	(53.963)	(53.332)	1,2%	(159.572)	(162.885)	-2,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(143.507)	(119.156)	20,4%	(391.385)	(343.288)	14,0%
Outros	(49.920)	(38.236)	30,6%	(179.282)	(200.950)	-10,8%
Resultado do serviço	119.432	241.673	-50,6%	436.438	514.360	-15,1%
Resultado financeiro	(86.802)	(106.357)	-18,4%	(61.482)	(165.717)	-62,9%
Receitas financeiras	131.169	121.794	7,7%	468.747	360.837	29,9%
Despesas financeiras	(217.971)	(228.151)	-4,5%	(530.229)	(526.555)	0,7%
Resultado antes dos tributos	32.631	135.316	-75,9%	374.957	348.643	7,5%
Contribuição social	(4.498)	(13.718)	-67,2%	(38.835)	(33.986)	14,3%
Imposto de renda	(10.855)	(37.616)	-71,1%	(101.004)	(92.990)	8,6%
Resultado Líquido do Período	17.278	83.982	-79,4%	235.118	221.667	6,1%
EBITDA	173.395	295.005	-41,2%	596.010	677.245	-12,0%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

Comentário do Desempenho

Receita operacional bruta

A Receita operacional bruta no 3º trimestre de 2016 foi de R\$ 3.111.428, apresentando uma redução de 23,9% (R\$ 975.198) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente, no mesmo valor), a Receita operacional bruta seria de R\$ 2.967.921, apresentando uma redução de 25,2% (R\$ 999.549) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 13,3% (R\$ 411.397) principalmente por: (i) redução de 7,9% na tarifa média em função da aplicação da bandeira tarifária verde no 3º trimestre de 2016 e bandeira vermelha no mesmo período do ano anterior que reduziu a tarifa média em 8,9%, compensado parcialmente pelo reajuste tarifário a partir de abril de 2016 de 7,55% (percepção do consumidor) e (ii) redução no volume de energia vendida em 5,9% (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 22,5% (R\$ 11.029) basicamente pelo aumento no volume de energia elétrica comercializada no curto prazo, bem como pelas recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores;
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 18,8% (R\$ 75.589) basicamente pelos aumentos em: (i) subvenção baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) (R\$ 14.640); (ii) reconhecimento do ativo a receber da Eletrobrás (R\$ 35.658) em função de descontos concedidos a clientes afiliados a ABRACE (nota 23.3.2); (iii) arrendamentos e alugueres (R\$ 2.642); (iv) indenizações contratuais (R\$ 1.036) e (v) receita de disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 20.374) em função das migrações de consumidores para o ambiente de contratação livre;
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** despesa de R\$ 261.576 neste trimestre e receita de R\$ 413.194 no mesmo período do ano anterior, totalizando uma redução de 163,3% (R\$ 674.770) basicamente: (i) constituição de passivo financeiro setorial no 3º trimestre de 2016, decorrente de redução nos custos de energia, CDE, Encargos de Serviço do Sistema (ESS) e constituição de CVA passiva a devolver aos consumidores referente a liminar ABRACE, e (ii) aumento na despesa com amortização dos ativos e passivos homologados.

➤ Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2016, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi menor em 3,3% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial, que representa 41,3% do total do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou estagnação -0,1% no 3º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior, seguindo a tendência da massa de renda.

A classe industrial, que representa 16,2% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 12,7% no 3º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é consequência direta do fraco resultado da atividade industrial do Estado de São Paulo.

A classe comercial, que representa 21,4% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 7,7% no 3º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

A despeito da base baixa, decorrente dos possíveis efeitos da redução do consumo em função dos aumentos tarifários percebidos pelo cliente a partir do segundo trimestre de 2015, o resultado reflete o comportamento dos principais indicadores como massa de renda, vendas do comércio e as migrações de clientes para o Mercado Livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e outras concessionárias e permissionárias) participam com 21,0% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram crescimento de 3,8% no 3º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o aumento do consumo da classe rural, em função da baixa pluviometria nos meses de julho e agosto em relação ao mesmo período do ano anterior, ensejando maior irrigação na atividade rural.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de 0,4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe é uma estagnação nas classes residencial -0,1% e industrial -0,2%, redução 4,7% na classe comercial e crescimento de 3,7% nas demais classes de consumo.

Dedução da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2016 foram de R\$ 1.276.125 apresentando uma redução de 33,9% (R\$ 655.375) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente: (i) bandeiras tarifárias (R\$ 271.773); (ii) CDE (R\$ 232.811); (iii) PIS/COFINS (R\$ 93.152); (iv) ICMS (R\$ 63.215) e (v) Programa de P&D e PEE (R\$ 2.974), compensados pelo aumento: (vi) encargo do Proinfra (R\$ 8.469).

Custo do serviço de energia elétrica

No 3º trimestre de 2016, o custo com energia elétrica foi de R\$ 1.255.263 apresentando uma redução de 17,4% (R\$ 264.615) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

- **Energia comprada para revenda**

O custo com energia comprada para revenda foi de R\$ 1.113.299 apresentando uma redução de 14,0% (R\$ 181.982) basicamente por: (i) redução de 17,1% no preço médio justificado por: redução em Itaipu (tarifa e dólar) e despacho das térmicas compensado pelos aumentos nas modalidades de compra indexadas pelo preço de liquidação de diferenças ("PLD") e cotas, compensados por: (ii) aumento volume de energia comprada de 3,7%.

- **Encargos do uso do sistema de distribuição**

Os encargos de uso do sistema de distribuição foram de R\$ 141.963, apresentando uma redução de 36,8% (R\$ 82.633), impactado principalmente pela redução: (i) EER (R\$ 47.931) e (ii) ESS (R\$ 44.189) estes efeitos devem-se basicamente pela redução nos despachos das térmicas.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 460.609 no 3º trimestre de 2016, apresentando aumento de 17,0% (R\$ 67.033) quando comparado com o mesmo período no ano anterior.

Comentário do Desempenho

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 317.102, apresentando aumento de 15,6% (R\$ 42.682).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 263.138 neste trimestre, com aumento de 19,0% (R\$ 42.050) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 3,3% (R\$ 2.850) em função, principalmente, dos efeitos do acordo coletivo de trabalho, compensado parcialmente pela reversão de provisão de contas a pagar da Fundação Cesp (R\$ 5.750);
- ii. **Entidade de Previdência Privada:** aumento de (R\$ 5.682) em função do laudo atuarial para o exercício de 2016.
- iii. **Material:** aumento de 37,2% (R\$ 4.978), em função, principalmente, de: (i) reposição de materiais para manutenção de linhas e redes (R\$ 3.052) e (ii) aquisição de materiais diversos (R\$ 1.564);
- iv. **Serviços de terceiros:** aumento de 24,7% (R\$ 16.857), principalmente em: (i) manutenção do sistema elétrico (R\$ 2.143); (ii) poda de árvores (R\$ 3.157); (iii) reaviso/corte/religação (R\$ 3.448); (iv) serviços terceirizados (R\$ 4.482); (v) call center (R\$ 818) e (vi) leitura/entrega de contas (R\$ 2.131).
- v. **Outros:** aumento de 30,6% (R\$ 11.684), principalmente em função de: (i) aumento nas despesas com multas DIC/FIC (R\$ 2.050); (ii) tributos (R\$ 214); (iii) perdas na baixa de ativos não circulantes (R\$ 2.132); (iv) propaganda de publicidade (R\$ 403) e (v) redução na recuperação de despesas (R\$ 5.294).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou despesa de R\$ 86.802, com redução de 18,4% (R\$ 19.555), em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** aumento de 7,7% (R\$ 9.375), principalmente: (i) rendimentos de aplicação financeira (R\$ 45.218); (ii) atualização de créditos fiscais (R\$ 2.076), compensados pela redução em: (iii) atualização dos depósitos judiciais (R\$ 14.306) e (iv) atualização de ativo/passivo financeiro setorial (R\$ 23.143).
- **Despesas financeiras:** redução de 4,5% (R\$ 10.180), principalmente: (i) variação cambial de Itaipu (R\$ 63.963), compensado por: (ii) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 50.579); (iii) atualização de débitos fiscais (R\$ 1.027) e (iv) negociação de parcelamento de débitos (R\$ 1.804).

Comentário do Desempenho

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foi de R\$ 18.283, apresentando redução de 64,4% (R\$ 33.051) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 23.072, com redução de 72,5% (R\$ 60.910), em relação ao lucro verificado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 182.120 com redução de 38,3% (R\$ 112.885), em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.830.544	2.169.504
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.636.444	1.421.754
Tributos a compensar	7	73.313	124.120
Derivativos	29	270	304.165
Ativo financeiro setorial	8	231.145	787.149
Estoques		6.227	5.544
Outros créditos	11	221.577	336.938
Total do circulante		3.999.519	5.149.173
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	54.139	55.469
Depósitos judiciais	19	182.439	936.086
Tributos a compensar	7	96.003	83.702
Derivativos	29	342.822	847.091
Ativo financeiro setorial	8	-	258.187
Créditos fiscais diferidos	9	235.987	75.598
Ativo financeiro da concessão	10	2.000.502	1.674.332
Outros créditos	11	17.374	18.012
Intangível	12	2.020.984	2.065.803
Total do não circulante		4.950.251	6.014.281
Total do ativo		8.949.770	11.163.454

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	13	1.010.705	1.665.057
Encargos de dívidas	14	38.882	20.047
Encargos de debêntures	15	34.628	76.838
Empréstimos e financiamentos	14	279.123	429.021
Debêntures	15	197.666	-
Entidade de previdência privada	16	7.824	648
Taxas regulamentares	17	143.385	419.439
Impostos, taxas e contribuições	18	322.993	310.028
Dividendo e juros sobre capital próprio	21	163.210	664.968
Obrigações estimadas com pessoal		54.099	32.912
Outras contas a pagar	20	247.304	364.121
Total do circulante		2.499.819	3.983.080
Não circulante			
Encargos de dívidas	14	88.411	81.549
Empréstimos e financiamentos	14	3.097.643	3.858.747
Debêntures	15	965.422	1.162.673
Entidade de previdência privada	16	722.222	453.171
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	210.354	221.674
Derivativos	29	43.904	13.541
Passivo financeiro setorial	8	268.095	-
Outras contas a pagar	20	27.057	36.627
Total do não circulante		5.423.109	5.827.981
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		905.948	880.653
Reserva de capital		196.667	221.962
Reserva legal		22.175	22.175
Reserva de retenção de lucros para investimento		109.658	109.658
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		316.490	245.742
Dividendo		-	120.446
Resultado abrangente acumulado		(525.256)	(248.243)
Lucros acumulados		1.160	-
Total do patrimônio líquido		1.026.842	1.352.393
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.949.770	11.163.454

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ****Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015**

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2016		2015	
		3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	23	1.835.304	5.457.006	2.155.126	6.632.712
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(1.255.263)	(3.679.409)	(1.519.877)	(4.875.263)
Custo de operação	25	(170.051)	(492.787)	(140.058)	(424.397)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(144.035)	(392.512)	(119.611)	(344.493)
Lucro operacional bruto		265.955	892.298	375.580	988.558
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(64.833)	(206.197)	(64.304)	(198.550)
Despesas gerais e administrativas		(79.510)	(244.642)	(69.547)	(270.160)
Outras despesas operacionais		(2.180)	(5.020)	(55)	(5.488)
Resultado do serviço		119.432	436.438	241.673	514.360
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		131.169	468.747	121.794	360.837
Despesas financeiras		(217.971)	(530.229)	(228.151)	(526.555)
		(86.802)	(61.482)	(106.357)	(165.717)
Lucro antes dos tributos		32.631	374.957	135.316	348.643
Contribuição social	9	(4.498)	(38.835)	(13.718)	(33.986)
Imposto de renda	9	(10.855)	(101.004)	(37.616)	(92.990)
		(15.353)	(139.839)	(51.334)	(126.976)
Lucro líquido do período		17.278	235.118	83.982	221.667
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	22	0,02	0,26	0,28	0,76
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	22	0,02	0,29	0,31	0,84

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	17.278	235.118	83.982	221.667
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais	-	(277.013)	89.405	89.405
Resultado abrangente do período	17.278	(41.895)	173.387	311.072

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	880.653	221.962	22.175	109.658	245.742	120.446	(248.243)	-	1.352.393
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	235.118	235.118
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(277.013)	-	(277.013)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	25.295	(25.295)	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	70.748	-	-	(70.748)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(163.210)	(163.210)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(120.446)	-	-	(120.446)
Saldos em 30 de setembro de 2016	905.948	196.667	22.175	109.658	316.490	-	(525.256)	1.160	1.026.842

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2015
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	241.264	248.858	7.265	109.658	153.719	256.572	(289.122)	-	728.213
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	221.667	221.667
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuarias	-	-	-	-	-	-	89.405	-	89.405
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	26.896	(26.896)	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	51.738	-	-	(51.738)	-
Transações de capital com os acionistas									
Juros sobre o capital próprio intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(21.480)	(21.480)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(256.572)	-	-	(256.572)
Capitalização AFAC - AGO/E 28/04/2014	12.493	-	-	-	-	-	-	-	12.493
Saldos em 30 de setembro de 2015	280.653	221.962	7.265	109.658	205.457	-	(199.717)	148.449	773.727

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015**

(Em milhares de reais)

	30/09/2016	30/09/2015
Lucro antes dos tributos	374.957	348.643
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	159.572	162.885
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	84.033	112.599
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	60.187	45.530
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	320.241	198.477
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	45.319	40.535
Perda (ganho) na baixa de não circulante	5.141	5.575
PIS e COFINS diferidos	(4.174)	-
	1.045.276	914.244
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(274.047)	(740.947)
Tributos a compensar	38.506	4.737
Depósitos judiciais	763.517	6.112
Ativo financeiro setorial	1.001.905	(703.555)
Contas a receber - Eletrobrás	39.058	(138.142)
Outros ativos operacionais	44.923	(6.872)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(654.352)	(184.685)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(46.105)	(72.520)
Outros tributos e contribuições sociais	(14.438)	128.665
Taxas regulamentares	(276.054)	798.287
Passivo financeiro setorial	122.728	-
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(110.836)	(58.435)
Contas a pagar - CDE	(27.846)	28.307
Outros passivos operacionais	(29.497)	26.207
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	1.622.738	1.403
Imposto de renda e contribuição social pagos	(268.650)	(87.334)
Encargos de dívida e debêntures pagos	(265.552)	(256.624)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.088.536	(342.555)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(3.042)	(4.663)
Adições de intangível	(347.749)	(279.976)
Venda de ativo não circulante	-	223
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(350.791)	(284.416)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	258.879	1.402.213
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(724.981)	(790.793)
Liquidação de operações com derivativos	174.812	(28.775)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(785.415)	(425.000)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(1.076.705)	157.645
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(338.960)	(469.326)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.169.504	1.115.198
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.830.544	645.873

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em
30 de setembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	<u>9 meses 2016</u>	<u>9 meses 2015</u>
1 - Receita	9.652.483	11.737.537
1.1 Receita de venda de energia e serviços	9.321.286	11.439.779
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	391.385	343.288
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(60.187)	(45.530)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(4.916.418)	(6.166.296)
2.1 Custo com energia elétrica	(4.104.932)	(5.409.285)
2.2 Material	(271.405)	(237.419)
2.3 Serviços de terceiros	(375.078)	(301.459)
2.4 Outros	(165.004)	(218.133)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	4.736.065	5.571.241
4 - Retenções	(159.747)	(163.013)
4.1 Amortização	(159.747)	(163.013)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	4.576.318	5.408.228
6 - Valor adicionado recebido em transferência	486.268	367.417
6.1 Receitas financeiras	486.268	367.417
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	5.062.586	5.775.645
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e Encargos	301.108	282.554
8.1.1 Remuneração direta	160.849	149.617
8.1.2 Benefícios	126.141	120.125
8.1.3 F.G.T.S.	14.118	12.813
8.2 Impostos, taxas e contribuições	3.991.843	4.748.105
8.2.1 Federais	2.237.092	3.014.715
8.2.2 Estaduais	1.751.035	1.730.180
8.2.3 Municipais	3.715	3.210
8.3 Remuneração de capital de terceiros	534.518	523.319
8.3.1 Juros	532.821	521.327
8.3.2 Aluguéis	1.697	1.992
8.4 Remuneração de capital próprio	235.118	221.667
8.4.1 Juros sobre o capital próprio (incluindo adicional proposto)	-	21.480
8.4.2 Dividendo	163.210	-
8.4.2 Lucros retidos	71.908	200.187
	5.062.586	5.775.645

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,3 milhões de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes).

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto pela alteração de prática relacionada ao Intangível (nota 3) e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 7 de novembro de 2016.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Notas Explicativas

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial;
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 16 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida;
- Nota 24 – Custo com energia elétrica; e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em relação às políticas contábeis para o ativo intangível da concessão, descritas na nota explicativa 3.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a partir de 1º de janeiro de 2016, em atendimento às alterações dos CPC 27 e à CPC 04 (R1), a Companhia passou a adotar prospectivamente o método linear de amortização pelo prazo remanescente das concessões.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do

Notas Explicativas

passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
SalDOS bancários	8.056	41.665
Aplicações financeiras	<u>1.822.487</u>	<u>2.127.840</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	1.154	12.562
Certificado de depósito bancário (b)	1.287.911	696.208
Fundos de investimento (c)	533.422	1.419.069
Total	<u>1.830.544</u>	<u>2.169.504</u>

a) SalDOS bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,7% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100,3% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

Notas Explicativas**(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2016	31/12/2015
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	251.553	200.707	33.656	485.916	437.024
Industrial	66.757	39.167	44.244	150.168	135.567
Comercial	103.437	35.801	18.020	157.258	134.841
Rural	29.924	5.834	1.500	37.258	28.451
Poder público	32.200	12.656	3.112	47.968	45.972
Iluminação pública	24.796	4.889	1.385	31.070	31.125
Serviço público	40.870	12.293	8.177	61.340	51.266
Faturado	549.537	311.347	110.094	970.978	864.246
Não faturado	587.127	-	-	587.127	496.648
Parcelamento de débito de consumidores	74.708	11.961	25.544	112.213	124.858
Operações realizadas na CCEE	51.226	-	-	51.226	183
Concessionárias e permissionárias	3.125	-	-	3.125	12.233
	1.265.723	323.308	135.638	1.724.670	1.498.167
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(88.226)	(76.413)
Total				1.636.444	1.421.754
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	58.390	-	-	58.390	62.560
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
	63.393	-	-	63.393	67.563
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(9.254)	(12.095)
Total				54.139	55.469

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2015	(88.508)	(7.179)	(95.687)
Provisão revertida (constituída)	(89.221)	500	(88.721)
Recuperação de receita	28.534	-	28.534
Baixa de contas a receber provisionadas	51.716	-	51.716
Saldo em 30/09/2016	(97.480)	(6.679)	(104.159)
Circulante	(88.226)	(6.679)	(94.905)
Não Circulante	(9.254)	-	(9.254)

Notas Explicativas**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	30/09/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	17.934
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	37.334
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.434	3.059
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	34.115	28.176
ICMS a compensar	27.238	27.871
Programa de integração social - PIS	1.425	816
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.692	3.878
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.289	4.928
Outros	118	123
Total	73.313	124.120
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	54.657	51.355
ICMS a compensar	41.347	32.347
Total	96.003	83.702

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2015	Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Saldo em 30/09/2016
		Constituição	Realização	Atualização monetária		
Parcela "A"						
CVA (*)						
CDE (**)	274.478	(210.706)	(123.696)	9.207	-	(50.717)
Custos de energia elétrica	(10.494)	93.472	(219.242)	(7.825)	(197.887)	(341.975)
ESS e EER (***)	(89.819)	(60.737)	155.811	(26.918)	(171.388)	(193.052)
Proinfa	(1.135)	16.618	(7.218)	2.589	-	10.853
Rede básica	46.189	(3.052)	(34.523)	(740)	-	7.875
Repasse de Itaipu	714.228	(66.455)	(289.454)	80.646	-	438.965
Transporte de Itaipu	8.586	3.475	(5.018)	1.102	-	8.144
Neutralidade dos encargos setoriais	130.676	71.938	(74.421)	5.707	-	133.900
Sobrecontratação	144	(86.881)	88.997	(21.649)	-	(19.389)
Outros componentes financeiros	(27.517)	14.720	(18.988)	230	-	(31.554)
Total	1.045.336	(227.608)	(527.751)	42.348	(369.275)	(36.950)
Ativo circulante	787.149					231.145
Ativo não circulante	258.187					-
Passivo não circulante	-					(268.095)

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos fiscais:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	15.336	49.300
Benefício fiscal do ágio incorporado	51.654	55.123
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>(4.607)</u>	<u>(83.382)</u>
Subtotal	62.383	21.040
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	42.919	137.228
Benefício fiscal do ágio incorporado	143.482	153.119
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>(12.797)</u>	<u>(231.616)</u>
Subtotal	173.604	58.732
<u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis	-	(4.174)
Total	<u>235.987</u>	<u>75.598</u>

9.2 - Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses de 2016, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,0% (4,34% no período de nove meses de 2015).

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	<u>30/09/2016</u>		<u>31/12/2015</u>		
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	
Diferenças temporariamente indedutíveis					
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16.989	47.192	18.700	51.945	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.374	26.040	8.612	23.922	-
Provisão energia livre	5.858	16.272	5.402	15.007	-
Programas de P&D e eficiência energética	9.364	26.012	7.998	22.216	-
Provisão relacionada a pessoal	706	1.962	977	2.715	-
Derivativos	(27.275)	(75.763)	(112.200)	(311.666)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(2.851)	(7.920)	(3.043)	(8.452)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(43.158)	(119.883)	(33.510)	(93.084)	(4.174)
Perdas atuariais (CPC)	21.612	60.034	21.612	60.035	-
Instrumentos financeiros (CPC)	(3.269)	(9.080)	(6.488)	(18.022)	-
Outros	529	1.467	1.044	2.899	-
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado					
Perdas atuariais (CPC)	7.512	20.870	7.512	20.870	-
Total	<u>(4.607)</u>	<u>(12.797)</u>	<u>(83.382)</u>	<u>(231.616)</u>	<u>(4.174)</u>

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015:

	CSLL			
	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses 2016	3º Trimestre	9 meses 2015
Lucro antes dos tributos	32.631	374.957	135.316	348.643
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	514	1.660	668	2.277
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(1.154)	(1.224)	(1.605)	(3.919)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	16.164	51.550	15.506	48.123
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(21.480)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.817	4.551	2.535	3.973
Base de cálculo	49.972	431.494	152.421	377.618
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	(4.498)	(38.835)	(13.718)	(33.986)
Corrente	(23.743)	(80.178)	(1.945)	(17.856)
Diferido	19.245	41.343	(11.773)	(16.130)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	IRPJ			
	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses 2016	3º Trimestre	9 meses 2016
Lucro Antes dos Tributos	32.631	374.957	135.316	348.643
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(1.154)	(1.224)	(1.605)	(3.919)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	16.164	51.550	15.506	48.123
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(21.480)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(4.220)	(21.267)	1.247	593
Base de cálculo	43.421	404.016	150.464	371.960
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(10.855)	(101.004)	(37.616)	(92.990)
Corrente	(64.329)	(215.877)	(4.912)	(48.184)
Diferido	53.474	114.873	(32.704)	(44.806)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2015	1.674.332
Adições	226.735
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	105.020
Baixas	(5.584)
Saldo em 30/09/2016	2.000.502

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita financeira, no resultado do período.

Notas Explicativas**(11) OUTROS CRÉDITOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Adiantamentos - Fundação CESP	6.514	5.893	-	-
Adiantamentos - fornecedores	189	1.099	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	10.662	610	11.472	16.705
Ordens em curso	85.206	144.720	-	-
Serviços prestados a terceiros	3.813	2.899	-	-
Convênios de arrecadação	-	44.188	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	264	264
Despesas antecipadas	29.365	24.295	4.530	-
Contas a receber - Eletrobrás	58.011	97.069	-	-
Adiantamentos a funcionários	11.671	4.847	-	-
Outros	22.826	18.497	1.109	1.044
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(6.679)	(7.179)	-	-
Total	221.577	336.938	17.374	18.012

Contas a receber – Eletrobrás – Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 8.948 (R\$ 10.313 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23.3.1), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 49.063 (R\$ 86.756 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23.3.1).

Em maio de 2015, a Companhia obteve liminar que autorizou o não recolhimento dos valores devidos de quotas de CDE, até o limite dos saldos a receber da Eletrobrás referente ao aporte de CDE. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia efetuou o encontro de contas do contas a receber – Eletrobrás e do contas a pagar de CDE (nota 17) no montante de R\$ 177.590.

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão			Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2015	1.787.126	275.854	2.824	2.065.803
Custo histórico	5.122.108	275.854	8.061	5.406.023
Amortização acumulada	(3.334.982)	-	(5.237)	(3.340.219)
Adições	-	352.247	-	352.247
Amortização	(159.304)	-	(269)	(159.572)
Transferência - intangíveis	166.528	(166.528)	-	-
Transferência - ativo financeiro	572	(227.308)	-	(226.735)
Baixa e transferência - outros ativos	(10.760)	-	-	(10.760)
Saldo em 30/09/2016	1.784.164	234.265	2.555	2.020.984
Custo histórico	5.222.632	234.265	8.061	5.464.958
Amortização acumulada	(3.438.468)	-	(5.506)	(3.443.974)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foram capitalizados R\$ 4.498 (R\$ 4.414 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) a uma taxa de 7,50% a.a..

Notas Explicativas**(13) FORNECEDORES**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Encargos de serviço do sistema	27.190	106.977
Suprimento de energia elétrica	720.963	1.256.614
Encargos de uso da rede elétrica	42.604	50.060
Materiais e serviços	127.762	167.930
Energia livre	92.186	83.476
Total	<u>1.010.705</u>	<u>1.665.057</u>

Notas Explicativas

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/09/2016			31/12/2015		
				Encargos - circulante e não circulante	Principal		Encargos - circulante e não circulante	Principal	
					Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
BNDES - Investimento									
FINEM V (a)	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	158	33.977	11.326	260	33.616	36.417
FINEM V (b)	Pré fixado 8%	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	13	1.740	2.320	18	1.740	3.625
FINEM V (c)	Pré fixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	73	7.533	25.111	91	7.533	30.761
FINEM VI (d)	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	554	49.634	111.677	719	49.107	147.320
FINEM VI (e)	Pré fixado 2,50%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	175	27.587	142.535	210	27.587	163.225
FINEM VI (f)	Pré fixado 2,50%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	10	1.504	7.769	11	1.504	8.897
FINEM VII (g)	Pré fixado 6,00%	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	143	7.952	51.686	163	5.964	57.650
FINEM VII (h)	TJLP + 2,12% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	464	25.081	112.865	468	16.288	114.018
FINEM VII (i)	SELIC + 2,62% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	85	13.532	60.895	74	8.154	57.076
FINAME	Pré fixado 4,50%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	50	8.435	18.980	66	8.435	25.306
Instituições financeiras									
Banco do Brasil- Capital Giro (j)	104,9% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	117.882	62.500	187.500	81.549	-	250.000
Outros									
Eletrobras	RGR + 6% a 6,5%	Parcelas mensais a partir agosto de 2006	Recobíveis e notas promissórias	-	501	2.535	-	1.031	2.899
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				119.605	239.978	735.199	83.629	160.960	897.195
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Instituições Financeiras									
Morgan Stanley	US\$ + Libor 6 meses + 1,75% (1)	Parcela única em setembro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	1.262	195.240	-
Bank of America Merrill Lynch (**)	Libor 3 meses + 1,35% (2)	Parcela única em outubro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.428	-	322.350	6.844	-	390.480
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,70% (3)	Parcela única em setembro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	41	-	145.058	34	-	175.716
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,40% (8)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.370	-	483.525	1.374	-	585.720
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (3)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	262	-	195.240
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,44% (9)	Parcela única em janeiro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	918	-	226.478
Scotiabank	US\$ + 3,3125% (4)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	1.479	94.022	-
Mizuho (k)	US\$ + Libor 3 meses + 1,55% (5)	03 Parcelas semestrais a partir de março de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	48	-	241.763	35	-	292.860
Bank of Tokyo-Mitsubishi (l)	US\$ + Libor 3 meses + 0,80% (6)	04 Parcelas semestrais a partir de setembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	133	40.294	120.881	140	-	195.240
Bank of Tokyo-Mitsubishi (m)	US\$ + Libor 3 meses + 0,88% (14)	Parcela única em fevereiro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória	318	-	161.175	284	-	195.240
JP MORGAN	US\$ + 2,28% a 2,32% (7)	Parcela única em dezembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	910	-	128.940	189	-	156.192
JP MORGAN	US\$ + 2,36% a 2,39 (10)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	613	-	112.823	1.587	-	136.668
JP MORGAN	US\$ + 2,74% (11)	Parcela única em janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	491	-	80.588	1.271	-	97.620
JP MORGAN	US\$ + 2,2% (12)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	148	-	48.353	508	-	58.572
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (15)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	260	-	72.342	663	-	85.328
HSBC Bank	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (13)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.131	-	278.521	1.116	-	337.388
Operação sindicalizada (n) (***) - Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC-Export Development Canada	Libor + 2,7% a.a. (16)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	798	-	214.900	-	-	-
Marcação a mercado									
				-	(1.054)	(39.131)	-	(21.070)	(159.969)
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				7.688	39.240	2.372.085	17.967	268.193	2.968.773
Gastos com Captação (*)									
				-	(95)	(9.641)	-	(131)	(7.222)
Total				127.293	279.123	3.097.643	101.596	429.021	3.858.747

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 103,50% do CDI a.a. (2) 108% do CDI a.a. (3) 109,50% do CDI a.a. (4) 104,90% do CDI a.a. (5) 106,89% a 106,90% do CDI a.a. (6) 105,50% do CDI a.a. (7) 105,65% a 105,70% do CDI a.a. (8) 106,35% do CDI a.a. (9) 108,60% do CDI a.a. (10) 101,8% a 104,1% do CDI a.a. (11) 106,6% do CDI a.a. (12) 104% do CDI a.a. (13) 104,5% a 105,9% do CDI a.a. (14) 107,85% do CDI a.a. (15) 103,6% do CDI a.a. (16) 108,15% a 116% do CDI a.a.

- (a) Taxa efetiva: 60,70% a 68,82% do CDI
 (b) Taxa efetiva: 65,91% do CDI
 (c) Taxa efetiva: 45,68% do CDI
 (d) Taxa efetiva: 88,55% a 100,53% do CDI
 (e) Taxa efetiva: 30,35% do CDI
 (f) Taxa efetiva: 30,65% do CDI
 (g) Taxa efetiva: 48,29% a 48,39% do CDI
 (h) Taxa efetiva: 68,63% a 72,87% do CDI
 (i) Taxa efetiva: 121,32% a 121,64% do CDI
 (j) Taxa efetiva: 109,47% do CDI
 (k) Taxa efetiva: 108,49% do CDI
 (l) Taxa efetiva: 107,5% do CDI
 (m) Taxa efetiva: 110,44% do CDI
 (n) Taxa efetiva: 115,9% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

(**) Empréstimo financeiro em moeda estrangeira, tendo como contraparte um grupo de instituições financeiras.

(***) Alteração das condições do empréstimo neste trimestre em decorrência do aditamento contratual.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com os CPC's 38 e 39 classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de setembro de 2016, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 2.419.013 (R\$ 3.254.933 em 31 de dezembro de 2015).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 30 de setembro de 2016 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas

Notas Explicativas

de R\$ 40.185 (ganho de R\$ 181.039 em 31 de dezembro de 2015), reduzidos das perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 2.081 (perda de R\$ 96.741 em 31 de dezembro de 2015), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total líquido de R\$ 38.104 (ganho total líquido de R\$ 84.298 em 31 de dezembro de 2015).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/10/2017	169.708
2018	2.036.094
2019	427.915
2020	329.735
2021	119.149
2022 a 2024	54.174
Subtotal	3.136.774
Marcação a mercado	(39.131)
Total	<u><u>3.097.643</u></u>

Adições no período:

Moeda nacional

BNDES - FINEM VII – A Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2014, no montante de R\$ 427.716, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, visando financiar os investimentos em redes elétricas, previstos para os anos de 2014 e 2015. No período de nove meses de 2016 houve liberações de R\$ 27.075 (R\$ 26.421 líquidos dos gastos com captação) e o saldo remanescente de R\$ 146.522 foi cancelado.

Moeda estrangeira

Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC (“Sindicalizada”) – No período de nove meses de 2016, a Companhia através de Lei nº 4131/1962, efetuou a captação no montante de R\$ 236.127 (R\$ 232.458 líquidos de gastos com captação) com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro.

Condições restritivas:

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas, contemplando cláusulas, que requerem da Companhia e sua controladora CPFL Energia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

BNDES - Os financiamentos junto ao BNDES restringe a Companhia: (i) a somente realizar o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, após o cumprimento de todas as obrigações contratuais; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros pela Companhia em parâmetros pré-estabelecidos apurados anualmente, como segue:

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,5;
- Dívida líquida dividida pela soma da dívida líquida e o patrimônio líquido - valor máximo 0,90.

Notas Explicativas

Moeda estrangeira – Lei N° 4.131 Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC (“Sindicalizada”)

Manutenção dos seguintes índices financeiros, pela garantidora CPFL Energia, calculados semestralmente:

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA – valor máximo de 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro - valor mínimo de 2,25.

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/09/2016			31/12/2015			
						Encargos	Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Não circulante	Total
6ª Emissão	660	CDI + 0,8%	CDI + 0,87%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	23.532	198.000	462.000	683.532	47.292	660.000	707.292
7ª Emissão	50.500	CDI + 0,83%	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	11.096	-	505.000	516.096	29.546	505.000	534.546
Gastos com Emissão (*)						-	(334)	(1.578)	(1.912)	-	(2.327)	(2.327)
						<u>34.628</u>	<u>197.666</u>	<u>965.422</u>	<u>1.197.716</u>	<u>76.838</u>	<u>1.162.673</u>	<u>1.239.511</u>

(1) A companhia possui Swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 108,05% do CDI.

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2018	323.340
2019	389.836
2020	126.031
2021	126.214
Total	<u>965.422</u>

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2016.

Notas Explicativas

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

16.1 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2015	437.670
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	45.319
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(47.969)
Perda (ganho) atuarial por mudança de premissas financeiras	<u>277.013</u>
Passivo atuarial líquido em 30/09/2016	712.033
Outras contribuições	<u>18.013</u>
Total	<u>730.046</u>
Circulante	7.824
Não circulante	722.222

No primeiro semestre de 2016, em função de mudança de cenário macroeconômico no Brasil quando comparado com 31 de dezembro de 2015, o laudo atuarial foi atualizado para a data-base 30 de junho de 2016 e o respectivo saldo de passivo e outros resultados abrangentes foram ajustados, naquela data, no montante de R\$ 277.013 para refletir o novo laudo.

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	9 meses de 2016	9 meses de 2015
Custo do serviço	604	954
Juros sobre obrigações atuariais	348.598	315.237
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(303.883)</u>	<u>(275.656)</u>
Total da despesa (receita)	<u>45.319</u>	<u>40.535</u>

Conforme descrito acima, em função das mudanças no cenário macroeconômico brasileiro, o laudo atuarial foi atualizado para junho de 2016 e a estimativa das receitas e despesas, com base nesse novo laudo, a serem registradas no quarto trimestre de 2016 está apresentada abaixo:

	4º trimestre 2016 Estimadas
Custo do serviço	<u>224</u>
Juros sobre obrigações atuariais	119.274
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(100.302)</u>
Total da despesa (receita)	<u>19.195</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 30 de junho de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram:

Notas Explicativas

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,25% a.a.	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,25% a.a.	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,79% a.a.	6,79% a.a.	8,15% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012**	ExpR_2012**	ExpR_2012*
	100% na primeira	100% na primeira	100% na primeira
	elegibilidade a um benefício pelo Plano	elegibilidade a um benefício pelo Plano	elegibilidade a um benefício pelo Plano

* Experiência FUNCESP.

** Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	679	652
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	142.251	248.897
Bandeiras tarifárias e outros	456	169.890
Total	143.385	419.439

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Referem-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2016 no montante de R\$ 76.254 (R\$ 184.269 em 31 de dezembro de 2015), (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 21.122 (R\$ 22.209 em 31 de dezembro de 2015) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 44.875 (R\$ 42.419 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia efetuou a compensação do montante a pagar de CDE e o contas a receber – Eletrobrás (nota 11) no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 no montante de R\$ 177.590.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”). A partir de abril de 2016, em função das melhores condições hidrológicas, foi suspensa a cobrança das bandeiras tarifárias, ocorrendo apenas refaturamentos.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	232.875	208.123
Programa de integração social - PIS	8.866	15.566
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	40.838	75.476
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	20.662	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	8.140	-
Outros	11.613	10.864
Total	322.993	310.028

Notas Explicativas**(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	30/09/2016		31/12/2015	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	62.904	38.558	100.065	36.231
Cíveis	68.565	39.173	78.239	55.428
Fiscais				
FINSOCIAL	31.775	89.283	29.917	84.092
Imposto de renda	-	-	-	746.695
Outras	38.381	15.425	951	13.640
	70.156	104.708	30.868	844.427
Outros	8.729	-	12.502	-
Total	210.354	182.439	221.674	936.086

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2016
Trabalhistas	100.065	51.945	(31.926)	(64.189)	7.010	62.904
Cíveis	78.239	33.853	(12.290)	(42.365)	11.126	68.565
Fiscais	30.868	35.214	(27)	52	4.049	70.156
Outros	12.502	4.431	(4.898)	(4.334)	1.028	8.729
Total	221.674	125.443	(49.139)	(110.836)	23.213	210.354

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

As adições em provisões para riscos fiscais, realizadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, referem-se, substancialmente, a discussões sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, cujos saldos estavam classificados anteriormente em Tributos a recolher.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estavam assim representadas:

	30/09/2016	31/12/2015	Principais causas
Trabalhistas	245.335	282.937	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras, dentre outros.
Cíveis	227.988	194.770	Danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária, dentre outros.
Fiscais	1.497.148	1.408.043	Imposto de Renda, INSS, FINSOCIAL dentre outros.
Regulatório	19.086	12.115	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira, dentre outros
Total	1.989.557	1.897.865	

Notas Explicativas

Fiscais – referem-se basicamente a discussões da dedutibilidade para Imposto de renda da despesa reconhecida no exercício de 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP no montante estimado de R\$ 1.118.898. Em janeiro de 2016, a Companhia obteve decisões judiciais que autorizaram a substituição dos depósitos judiciais relativos a este processo por garantias financeiras (carta de fiança e seguro garantia), cujos respectivos levantamentos em favor da Companhia ocorreram em 2016. Há recurso da Procuradoria da Fazenda Nacional em ambos os casos, sem efeito suspensivo, os quais aguardam julgamento pelo Tribunal Regional Federal.

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Consumidores e concessionárias	24.361	26.780	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	119.953	147.064	25.664	25.401
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	41.215	49.896	-	9.497
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	897	1.960	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	448	980	-	-
Adiantamentos	6.966	4.346	849	994
Descontos tarifários - CDE	4.861	32.707	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	179	162	-	-
Folha de pagamento	4.815	4.989	-	-
Participação nos lucros	8.851	11.988	544	735
Convênios de arrecadação	29.426	77.004	-	-
Outros	5.332	6.246	-	-
Total	247.304	364.121	27.057	36.627

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está assim distribuído:

Acionistas	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais "A", "B" e "C"	Total	%
CPFL Energia S/A	728.890.475	151.762.555	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	-	1	1	-
Total	728.890.475	151.762.556	880.653.031	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

21.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 28 de abril de 2016, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante R\$ 25.295, referente à capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2015 sem emissão de novas ações.

Notas Explicativas

21.2 – Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 28 de abril de 2016 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2015, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 49.343, atribuindo-se para ação ordinária o valor de R\$ 0,055081214 e R\$ 0,060589336 para cada ação preferencial; (ii) dividendo adicional proposto de R\$ 120.446, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,134452455 e R\$ 0,147897701 para cada ação preferencial e (iii) juros sobre o capital próprio intermediário declarado em junho de 2015 no montante de R\$ 21.480 (R\$ 18.258 líquido do IRRF) sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,072608662 (R\$ 0,061717363 líquido de IRRF) e para cada ação preferencial o valor de R\$ 0,079869529 (R\$ 0,067889100 líquido de IRRF).

Adicionalmente, conforme previsto em Estatuto Social da Companhia e com base nos resultados do primeiro semestre de 2016, a Administração da Companhia aprovou, em 31 de agosto de 2016, a declaração de dividendo intermediário, no montante de R\$ 163.210, sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,182188225 e para cada ação preferencial o valor de R\$ 0,200407048.

No período de nove meses de 2016, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 785.415 referente a juros sobre o capital próprio e dividendos.

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

	2016		2015	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	17.278	235.118	83.982	221.667
Denominador				
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	728.890.475	728.890.475	128.890.475	123.536.168
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	151.762.556	151.762.556	151.762.556	151.762.556
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,02	0,26	0,28	0,76
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	0,02	0,29	0,31	0,84

Nos trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	1.201.883	3.928.061	1.315.255	3.838.393
Industrial	458.237	1.451.322	567.699	1.581.131
Comercial	616.495	2.061.279	710.358	2.075.660
Rural	103.728	266.105	105.485	254.958
Poderes públicos	88.952	280.934	97.824	279.801
Iluminação pública	75.999	228.525	85.532	223.100
Serviço público	141.365	424.426	154.513	415.684
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(12.788)	(41.053)	(12.636)	(38.913)
Fornecimento faturado	2.673.873	8.599.599	3.024.031	8.629.815
Fornecimento não faturado (líquido)	17.235	73.414	78.473	122.467
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.026.204)	(3.263.155)	(1.070.120)	(3.012.219)
Fornecimento de energia elétrica	1.664.903	5.409.859	2.032.384	5.740.063
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	1.637	5.740	1.485	4.742
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(796)	(2.436)	(793)	(2.400)
Energia elétrica de curto prazo	58.383	103.565	47.505	409.202
Suprimento de energia elétrica	59.224	106.869	48.198	411.544
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.026.999	3.265.591	1.070.912	3.014.618
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	298.562	836.452	278.188	746.173
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(3.376)	(10.497)	(2.870)	(9.211)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	143.507	391.385	119.156	343.288
Ativo e passivo financeiro setorial	(261.576)	(755.359)	413.194	1.191.486
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	150.236	362.182	99.939	259.402
Outras receitas e rendas	32.948	106.190	27.525	85.704
Outras receitas operacionais	1.387.300	4.195.944	2.006.044	5.631.461
Total da receita operacional bruta	3.111.428	9.712.671	4.086.626	11.783.067
Deduções da receita operacional				
ICMS	(536.989)	(1.749.956)	(600.204)	(1.729.232)
PIS	(49.096)	(154.412)	(65.713)	(188.426)
COFINS	(226.141)	(711.233)	(302.677)	(867.902)
ISS	(88)	(308)	(87)	(262)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(426.753)	(1.331.357)	(659.563)	(1.539.983)
Programa de P & D e eficiência energética	(16.880)	(50.545)	(19.855)	(60.008)
PROINFA	(18.056)	(45.817)	(9.587)	(33.663)
Bandeiras tarifárias e outros	(86)	(206.008)	(271.859)	(725.204)
Outros	(2.036)	(6.027)	(1.956)	(5.677)
	(1.276.125)	(4.255.665)	(1.931.500)	(5.150.355)
Receita operacional líquida	1.835.304	5.457.006	2.155.126	6.632.712

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica - em GWh (*)				
Classe de consumidores				
Residencial	2.069	6.650	2.070	6.677
Industrial	811	2.553	930	2.870
Comercial	1.073	3.619	1.162	3.810
Rural	331	820	296	791
Poderes públicos	164	522	170	542
Iluminação pública	245	725	236	693
Serviço público	297	882	295	877
Fornecimento faturado	4.989	15.772	5.159	16.259
Consumo próprio	5	15	5	15
Fornecimento de energia elétrica	4.993	15.787	5.163	16.274
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	13	41	13	44
Energia elétrica de curto prazo	715	1.289	284	1.078
Suprimento de energia elétrica	728	1.330	298	1.123

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Numero de consumidores (*)	30/09/2016	30/09/2015
Classe de consumidores		
Residencial	3.885.014	3.791.829
Industrial	30.507	31.572
Comercial	254.876	259.580
Rural	80.026	78.513
Poderes públicos	27.996	27.532
Iluminação pública	7.987	7.521
Serviço público	4.618	4.484
Consumo Próprio	444	445
Total	4.291.468	4.201.476

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

23.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”).

Em 5 de abril de 2016, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.056, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 8 de abril de 2016, em 9,89%, sendo negativo 0,29% referentes ao reajuste tarifário econômico e 10,18% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 7,55% (conforme divulgado na Resolução Homologatória).

Em 7 de abril de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.871, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 8 de abril de 2015, em 41,45%, sendo 37,31% referentes ao reajuste tarifário econômico e 4,14% relativos aos componentes financeiros pertinentes. Esses percentuais foram apurados comparando-se com a base econômica do Reajuste Tarifário Anual – RTA de abril 2014. Ao comparar com a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE de março de 2015, o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores foi de 4,67% (conforme divulgado na Resolução Homologatória).

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015 o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia foi de: 40,05% no grupo A, 27,27% no grupo B, total de 32,28% (conforme divulgado na Resolução Homologatória). As tarifas resultantes desta RTE estiveram vigentes de 2 de março de 2015 até 07 de abril de 2015.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

23.3.1 – Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foi registrada receita de R\$ 326.524 (R\$ 259.402 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015), sendo: (i) R\$ 39.008 (R\$ 26.727 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 287.516 (R\$ 232.675 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) referentes a outros descontos tarifários, em contrapartida na rubrica contas a receber – Aporte CDE (nota 11).

Notas Explicativas

23.3.2 - Descontos tarifários - liminares

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia Elétrica (“ABRACE”) obteve liminar em 3 de julho de 2015, que desobrigava suas associadas a pagarem itens específicos do encargo da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). A obrigação de recolhimento da cota da CDE não foi alterada e as distribuidoras arcaram com esse déficit de receita. No processo tarifário posterior à decisão da liminar, a ANEEL concedeu um componente financeiro na tarifa para recuperação desta receita.

Todavia, a decisão da diretoria da ANEEL foi reformada e exarada pelo Despacho nº 1.576/2016, que revogou o Despacho nº 2.792/2015, e foi determinado às distribuidoras deduzirem o total dos efeitos das liminares do pagamento das cotas mensais da CDE. Desta forma, foi estabelecido que este custo será de responsabilidade da ELETROBRÁS

Em função do novo procedimento definido no Despacho nº 1.576/2016 foi necessário:

- (i) registrar uma receita na rubrica Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares em contrapartida na rubrica contas a receber - Eletrobrás (nota 11) no montante de R\$ 35.658, que foi integralmente compensado com o contas a pagar de CDE (nota 17);
- (ii) registrar um passivo financeiro setorial (nota 8) em contrapartida a receita de ativo e passivo financeiro setorial no montante de R\$ 57.874, que será ressarcido aos consumidores no próximo processo tarifário.

23.4 – Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 206.008 (R\$ 725.204 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) registrados na rubrica “Bandeiras tarifárias e outros”. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foram homologados pela ANEEL R\$ 369.275 (R\$ 254.718 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) referentes aos meses de novembro de 2015 a maio de 2016, que foram utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8), R\$ 6.078 (R\$ 67.841 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE, e R\$ 452 continuam em aberto registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético – CDE

A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias (“REH”) nº 2.077 de 07 de junho de 2016, nº 2018, de 2 de fevereiro de 2016 e nº 1.857 de 27 de fevereiro de 2015, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 1.863, de 31 de março de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, com recolhimento e repasse à Conta CDE por um período médio de cinco anos a partir do processo tarifário ordinário (RTA) de 2015.

Notas Explicativas

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2016		2015	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	243.465	796.610	418.352	1.093.748
Energia de curto prazo	(11.457)	(39.461)	9.048	113.505
PROINFA	43.057	138.372	36.970	105.509
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	951.712	2.620.111	962.938	3.443.990
Crédito de PIS e COFINS	(113.477)	(325.196)	(132.026)	(440.000)
Subtotal	1.113.299	3.190.436	1.295.281	4.316.753
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	92.274	281.717	92.250	300.539
Encargos de transporte de Itaipu	7.046	20.425	6.949	20.471
Encargos de conexão	5.377	15.354	4.505	11.525
Encargos de uso do sistema de distribuição	3.776	11.146	3.702	10.689
Encargos de serviço do sistema - ESS	45.021	153.338	89.211	221.344
Encargos de energia de reserva - EER	2.940	56.832	50.871	50.871
Crédito de PIS e COFINS	(14.470)	(49.840)	(22.893)	(56.928)
Subtotal	141.963	488.973	224.596	558.510
Total	1.255.263	3.679.409	1.519.877	4.875.263

Energia comprada para revenda - GWh(*)

	2016		2015	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Energia de Itaipu Binacional	1.346	4.002	1.368	4.067
Energia de curto prazo	7	170	29	278
PROINFA	146	398	130	402
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	5.202	15.327	4.936	15.257
Total	6.701	19.898	6.462	20.004

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3° Trimestre											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais				Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	Gerais e administrativas		Outros		2016	2015
							2016	2015	2016	2015		
Pessoal	62.321	60.638	-	-	12.644	13.105	15.454	13.826	-	-	90.419	87.570
Entidade de previdência privada	19.195	13.513	-	-	-	-	-	-	-	-	19.195	13.513
Material	15.338	11.395	117	106	708	429	2.204	1.458	-	-	18.367	13.388
Serviços de terceiros	26.394	15.023	411	351	27.610	24.380	30.823	28.627	-	-	85.238	68.380
Amortização	45.245	42.740	-	-	201	3.459	8.517	7.133	-	-	53.963	53.332
Custos com construção da infraestrutura	-	-	143.507	119.156	-	-	-	-	-	-	143.507	119.156
Outros	1.558	(3.252)	(1)	(1)	23.670	22.931	22.512	18.503	2.180	55	49.919	38.236
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	9.000	9.166	-	-	-	-	9.000	9.166
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	14.561	13.654	-	-	-	-	14.561	13.654
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	617	661	-	-	617	661
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.828	1.429	-	-	1.828	1.429
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	16.339	18.756	-	-	16.339	18.756
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	2.227	96	2.227	96
Outros	1,558	(3,252)	(1)	(1)	109	111	3,729	(2,343)	(47)	(40)	5,348	(5,525)
Total	170.051	140.058	144.035	119.611	64.833	64.304	79.510	69.547	2.180	55	460.609	393.575

	9 meses 2016											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais				Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	Gerais e administrativas		Outros		2016	2015
							2016	2015	2016	2015		
Pessoal	191.283	187.087	1	-	36.776	37.053	47.309	42.958	-	-	275.369	267.098
Entidade de previdência privada	45.319	40.535	-	-	-	-	-	-	-	-	45.319	40.535
Material	38.425	33.099	261	284	1.645	864	9.339	2.865	-	-	49.670	37.111
Serviços de terceiros	72.298	37.788	869	923	79.685	73.596	87.711	78.913	-	-	240.563	191.220
Amortização	134.005	127.377	-	-	586	13.794	24.981	21.715	-	-	159.572	162.885
Custos com construção da infraestrutura	-	-	391.385	343.288	-	-	-	-	-	-	391.385	343.288
Outros	11.457	(1.489)	(3)	(2)	87.505	73.243	75.302	123.710	5.020	5.488	179.281	200.950
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	26.953	27.409	-	-	-	-	26.953	27.409
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	60.187	45.530	-	-	-	-	60.187	45.530
Arrendamentos e aluguéis	-	2	-	-	-	(2)	1.697	1.990	-	-	1.697	1.990
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	4.113	3.098	-	-	4.113	3.098
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	59.621	121.984	-	-	59.621	121.984
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	5.141	5.575	5.141	5.575
Outros	11,457	(1,491)	(3)	(2)	365	306	9,870	(3,363)	(121)	(87)	21,568	(4,637)
Total	492.787	424.397	392.512	344.493	206.197	198.550	244.642	270.160	5.020	5.488	1.341.158	1.243.088

Notas Explicativas**(26) RESULTADO FINANCEIRO**

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	64.375	171.014	19.157	72.772
Acréscimos e multas moratórias	29.893	91.343	28.842	76.179
Atualização de créditos fiscais	2.987	10.798	911	4.189
Atualização de depósitos judiciais	3.285	9.870	17.592	47.337
Atualizações monetárias e cambiais	9.415	28.906	12.632	31.243
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	24.784	105.020	24.394	81.723
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	880	10.595	1.244	6.985
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	(1.343)	42.348	21.800	39.811
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(6.296)	(17.521)	(6.580)	(6.580)
Outros	3.187	16.375	1.804	7.178
Total	131.169	468.747	121.794	360.837
Despesas				
Encargos de dívidas	(91.126)	(268.499)	(90.290)	(244.093)
Atualizações monetárias e cambiais	(107.823)	(217.950)	(122.624)	(240.888)
(-) Juros capitalizados	1.701	4.498	1.435	4.414
Outros	(20.722)	(48.278)	(16.673)	(45.987)
Total	(217.971)	(530.229)	(228.151)	(526.555)
Resultado financeiro	(86.802)	(61.482)	(106.357)	(165.717)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,50% a.a. sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 663.714 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 (ganho líquido de R\$ 852.644 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Bonaire Participações S.A, até 23 de setembro de 2016, quando transferiu suas ações para seu controlador Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.

- BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações, até 22 de setembro de 2016, quando transferiu suas ações para seu controlador PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

Notas Explicativas

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia possui Fundos de Investimentos Exclusivos.
- b) **Empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos** - Correspondem às captações de recursos junto a instituições financeiras, conforme condições descritas nas notas 14 e 15.
- c) **Outras operações financeiras** - Os valores referem-se a custos bancários, despesas associadas ao processo de arrecadação e despesas de escrituração. O saldo registrado no passivo compreende basicamente direitos sobre o processamento da folha de pagamento que foram negociados com o Banco Bradesco, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.
- d) **Intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- e) **Outras receitas** - Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.
- f) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Estes planos detêm investimentos em ações da controladora CPFL Energia (nota 16).

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 3.674 (R\$ 3.269 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015). Este valor é composto por R\$ 3.553 (R\$ 3.136 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 121 (R\$ 133 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) de benefícios pós-emprego, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa, são como seguem:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	9 meses 2016	9 meses 2015	9 meses 2016	9 meses 2015
Saldo bancário e aplicação financeira								
Banco do Brasil S.A.	339	4.835	-	-	3	12	-	1
Banco Bradesco S.A. (**)	900.234	1.446.220	-	-	73.317	-	14	-
Empréstimos e Financiamentos (*), Debêntures (*) e Derivativos (*)								
Banco do Brasil S.A.	-	-	883.978	866.095	-	-	91.363	88.454
Banco BNP Paribas Brasil S.A. (**)	7.738	15.594	-	-	-	-	11.548	-
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	2.690	2.585
Banco Bradesco S.A. (**)	21	-	1.045	1.259	-	-	5.982	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Brasilveículos Companhia de Seguros (**)	-	-	-	-	2	-	-	-
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	-	-	17	-	-	-	-	-
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. - CGMP	-	-	-	-	-	-	1.036	-
Cia.de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP/SEV	1	14	7	7	11	11	25	5
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	-	-	-	-	-	-	15	-
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.	-	-	-	-	-	-	3	-
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo (**)	-	-	-	-	-	-	837	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	-	-	-	-	-	-	-	13
Ferrovias Centro-Atlântica S.A.	14	-	-	-	-	-	-	-
Mapfre Seguros Gerais S.A. (**)	-	-	-	-	4	-	1	-
Indústrias Romi S.A.	4	-	-	-	39	35	-	-
Instituto CCR	-	-	-	-	-	-	19	-
Rodovias Integradas do Oeste S.A. (***)	-	-	-	12	-	-	-	-
TOTVS S.A.	-	-	-	2	-	-	12	18
Compra e venda de energia e encargos								
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	15	15	-	-	408	540
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	882	995	-	-	28.122	16.104
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	2	2
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	-	985	969	-	-	25.418	10.344
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	115	130	-	-	3.674	3.111
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	1	1
Norte Energia S.A.	-	-	1.874	-	-	-	16.284	-
Rio PCH I S.A.	-	-	169	191	-	-	5.396	4.569
SE Narendiba S.A.	-	-	-	-	-	-	50	62
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	-	255	263	-	-	8.073	6.760
ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	-	-	-	-	5.705	5.155

(*) Incluem os ajustes de marcação a mercado

(**) Parte relacionada a partir de 31.12.2015.

(***) Parte relacionada até 31.12.2015

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	9 meses 2016	9 meses 2015	9 meses 2016	9 meses 2015
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	190	203	57	33	-	-	(1.835)	(1.479)
CPFL Brasil Varejista S.A	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
Companhia Piratininga de Força e Luz	563	711	619	436	-	-	(522)	(714)
Companhia Luz e Força Santa Cruz	56	53	-	-	-	-	(553)	(485)
Companhia Leste Paulista de Energia	17	14	-	-	-	-	(158)	(138)
Companhia Sul Paulista de Energia	36	18	1	19	-	-	(209)	(183)
Companhia Jaguarí de Energia	17	18	27	26	-	-	73	72
Companhia Luz e Força de Mococa	11	9	-	3	-	-	(107)	(94)
Rio Grande Energia S.A.	366	324	16	53	-	-	(3.394)	(2.728)
CPFL Geração de Energia S.A.	190	230	36	83	-	-	(1.600)	(1.171)
CPFL Energia S.A.	178	154	-	-	-	-	(1.729)	(1.408)
CPFL Renováveis - Consolidado	24	24	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	87	98	16	109	-	-	(724)	(598)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	4	-	38	3	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	7	1	1	3	-	-	(15)	(11)
CPFL Telecom S.A.	-	-	4	1	-	-	(5)	(4)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	10	6	1	-	-	(2)	(1)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	67	15	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	175	191	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A	-	-	-	-	5	3	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	637	614	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	11	11	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	-	2	3	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	6	6	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	4	3	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	36	35	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	172	173	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	144	126	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	190	(39)	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	34	23	-	-
CPFL Telecom S.A.	99	-	-	-	907	770	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	5	3	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	163.210	664.968	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	69	-	-	-	16	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	62	-	-	-	23	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	-	68	-	-	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	39	-	-	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	56	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	50	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	-	197	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	39.836	36.059	7.316	3.659	4	7	14.807	5.127
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.856	1.813	-	-	16.420	15.999
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	939	973	-	-	11.051	15.144
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	559	-	-	911	4.669
CPFL Telecom S.A.	-	-	11	11	-	-	96	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	-	11
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	4.457	1.600	-	-	16.566	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.513
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.124	1.176	-	-	10.243	10.309	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	34.186	86.821	-	-	95.832	91.932
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	18	16	-	-	155	142
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	5.736	10.898	-	1	38.499	75.868
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	-	-	-	-	(9)	8
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	307	324	-	-	2.473	2.154
Campos Novos Energia S.A.	-	-	88.054	107.672	-	-	148.952	131.540
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	26.884	48.020	-	-	75.591	68.606
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	22.018	112.207	-	-	187.479	174.465
CPFL Renováveis - Consolidado	657	902	655	540	3.549	3.192	5.182	2.571
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	25	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	263	244	-	-	6.272	1.576
Outras operações financeiras								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	22	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	25	-

Notas Explicativas

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	30/09/2016		31/12/2015	
					Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	1.564.768	1.564.768	1.753.549	1.753.549
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	265.776	265.776	409.486	409.486
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	343.092	343.092	1.151.256	1.151.256
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	2.000.502	2.000.502	1.674.332	1.674.332
					4.174.138	4.174.138	4.988.623	4.988.623
Passivo								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(c)	(1)	Nível 2 (***)	1.090.760	966.032	1.137.331	978.009
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14(**)	(a)	(2)	Nível 2	2.413.299	2.413.299	3.252.033	3.252.033
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (***)	1.197.716	1.177.121	1.239.511	1.219.413
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	43.904	43.904	13.541	13.541
					4.745.679	4.600.356	5.642.415	5.462.996

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a companhia apresentou uma perda de R\$ 140.853 nos nove meses de 2016 (ganho de R\$ 288.596 nos nove meses de 2015).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Empréstimos e recebíveis
- (c) - Mantidos até o vencimento

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – Eletrobrás; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros, e (v) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; (vi) convênios de arrecadação; (vii) descontos tarifários – CDE e (viii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Notas Explicativas

- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de nove meses de 2016 são de R\$ 105.020 (ganho de R\$ 81.723 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	(Passivo)						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Bank of Tokyo Mitsubishi	41.933	-	41.933	43.014	(1.080)	dólar	03/2019	117.400
Bank of America Merrill Lynch	39.145	-	39.145	38.842	303	dólar	09/2018	106.020
Bank of America Merrill Lynch	44.690	-	44.690	44.416	274	dólar	03/2019	116.600
J.P. Morgan	22.344	-	22.344	22.208	136	dólar	03/2019	58.300
J.P. Morgan	11.141	-	11.141	11.134	7	dólar	12/2017	51.470
J.P. Morgan	9.685	-	9.685	9.661	25	dólar	12/2017	53.100
J.P. Morgan	4.507	-	4.507	4.422	85	dólar	01/2018	27.121
HSBC	9.032	-	9.032	8.769	263	dólar	01/2018	54.214
HSBC	38.091	-	38.091	36.851	1.240	dólar	01/2018	173.459
J.P. Morgan	11.485	-	11.485	11.023	462	dólar	01/2018	67.938
J.P. Morgan	11.725	-	11.725	11.363	362	dólar	01/2019	67.613
BNP Paribas	7.738	-	7.738	6.777	961	dólar	01/2018	63.896
Bank of Tokyo Mitsubishi	10.362	-	10.362	16.443	(6.080)	dólar	02/2020	142.735
J.P. Morgan	6.644	-	6.644	6.634	10	dólar	02/2018	41.100
Bank of America Merrill Lynch	74.569	-	74.569	72.307	2.262	dólar	02/2018	405.300
Bank of America Merrill Lynch	-	(18.880)	(18.880)	(16.089)	(2.791)	dólar	10/2018	329.500
HSBC	-	(6.094)	(6.094)	(6.050)	(44)	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(5.407)	(5.407)	(6.021)	614	dólar	05/2021	59.032
Citibank	-	(11.142)	(11.142)	(12.053)	911	dólar	05/2021	118.063
Subtotal	343.092	(41.522)	301.570	303.651	(2.081)			
Hedge variação de taxa de juros (1)								
Bank of America Merrill Lynch	-	(1.376)	(1.376)	(411)	(965)	CDI	07/2019	660.000
J.P. Morgan	-	(621)	(621)	(113)	(509)	CDI	02/2021	300.000
Votorantin	-	(189)	(189)	(36)	(153)	CDI	02/2021	100.000
Santander	-	(195)	(195)	(38)	(157)	CDI	02/2021	105.000
Subtotal	-	(2.381)	(2.381)	(598)	(1.784)			
Total	343.092	(43.904)	299.189	303.054	(3.865)			
Circulante	270	-						
Não circulante	342.822	(43.904)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

(1) Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

Notas Explicativas

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)			
	2016		2015	
	3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Varição de taxas de juros	(750)	(736)	(709)	(1.490)
Varição cambial	(72.032)	(768.061)	713.286	996.130
Marcação a mercado	42.902	105.083	(171.684)	(141.996)
	(29.880)	(663.714)	540.893	852.644

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2016 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(2.346.412)		(222.085)	420.039	1.062.164
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	2.416.840		228.751	(432.647)	(1.094.045)
	70.428	baixa dolar	6.666	(12.608)	(31.881)
Instrumentos financeiros passivos	(72.601)		(7.680)	12.390	32.460
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	73.933		7.821	(12.617)	(33.056)
	1.332	baixa euro	141	(227)	(596)
Total	71.760		6.807	(12.835)	(32.477)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.09.2016 foi de R\$ 3,22 para o dólar e R\$ 3,63 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de cambio considerada R\$ 3,53 e R\$ 4,01, e a depreciação cambial de 9,46% e 10,58%, do dólar e do euro respectivamente.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2016 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 14,13% a.a.; TJLP 7,50% a.a., IPCA 8,48% a.a. e SELIC 14,15% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 117.105 (despesas de CDI R\$ 257.899, TJLP R\$ 25.723, SELIC R\$ 3.126 e receita IPCA R\$ 169.643). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Redução (aumento)		
			Cenário I (a)	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.933.904		(33.650)	26.253	86.155
Instrumentos financeiros passivos	(1.567.510)		27.275	(21.279)	(69.833)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.191.584)		38.134	(29.751)	(97.635)
	(1.825.190)	alta CDI	31.759	(24.777)	(81.313)
Instrumentos financeiros passivos	(345.736)		-	(6.483)	(12.965)
	(345.736)	alta TJLP	-	(6.483)	(12.965)
Ativo financeiro da concessão	2.000.502		(65.817)	(91.773)	(117.730)
	2.000.502	baixa IPCA	(65.817)	(91.773)	(117.730)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(36.949)		613	(540)	(1.694)
alta SELIC					
Total	(207.373)		(33.445)	(123.573)	(213.702)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 12,39%, 7,50%, 5,19% e 12,49% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação ou redução foram aplicados sobre os índices no cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, um valor de R\$ 4.498 (R\$ 4.414 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

Aquisição acionária da controladora da Companhia pela State Grid International Development Limited

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 1 de julho de 2016, a CPFL Energia, controladora da CPFL Paulista, divulgou que recebeu de seu acionista controlador Camargo Corrêa S.A. ("CCSA") uma comunicação sobre proposta recebida da State Grid International Development Limited. ("compradora") para a aquisição da totalidade de sua participação societária vinculada ao bloco de controle da Companhia. Em 2 de setembro de 2016 a CPFL Energia recebeu da CCSA correspondência confirmando a assinatura do contrato de aquisição.

A aquisição envolve 234.086.204 ações da CPFL Energia, atualmente detidas pela ESC Energia S.A., subsidiária da CCSA, as quais estão vinculadas ao Acordo de Acionistas da CPFL Energia ("Acordo") e representam aproximadamente 23% do capital social da CPFL Energia.

A partir da data de assinatura do contrato, iniciou-se o prazo de 30 dias para os demais signatários do Acordo exercerem o seu direito de preferência para a aquisição da totalidade das ações objeto da transação ou, de outra forma, optarem por aderir à transação e alienar em conjunto com a CCSA a totalidade de suas ações da CPFL Energia vinculadas ao Acordo, pelo mesmo preço e condições ofertadas à CCSA pela compradora.

Em 23 de setembro de 2016, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que recebeu da Previ correspondência informando o exercício do direito de venda conjunta previsto no Acordo, a fim de alienar em conjunto com a ESC Energia S.A. e CCSA a totalidade de sua participação acionária vinculada ao Acordo, no total de 196.276.558 ações ordinárias, representando 19,28% do capital total da CPFL Energia.

Em 28 de setembro de 2016, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que recebeu da Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações ("Energia SP FIA") correspondência informando o exercício do direito de venda conjunta previsto no Acordo, a fim de alienar em conjunto com a ESC Energia S.A. e CCSA a totalidade de sua participação acionária vinculada ao Acordo, no total de de 112.196.990 ações ordinárias vinculadas ao Acordo e 2.813.417 ações ordinárias não vinculadas ao acordo.

Notas Explicativas

O fechamento da transação estará sujeito ao cumprimento de condições precedentes costumeiras para esse tipo de operação, incluindo a aprovação pela ANEEL. A aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ocorreu em 22 de setembro de 2016. Portanto, em 30 de setembro de 2016, esta transação não gera impactos na estrutura acionária da CPFL Paulista.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Companhia Paulista de Força e Luz

Revisão das Informações Trimestrais - ITR do Terceiro Trimestre de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Companhia Paulista de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de

nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Campinas, 07 de novembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Christian Canezin

Auditores Independentes

Contador